

ANAIS
XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL
XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

INTERLOCUÇÕES ENTRE O ARREPENDIMENTO MATERNO PROPOSTO POR ORNA DONATH E A PSICANÁLISE

Daniela de Andrade Lins Mendes
Olga Queiroz Veridiano

Atualmente compreendido como a queda do último tabu da maternidade, o arrependimento materno vem levantando diversas questões e protagonizando debates (Heffernan; Stone, 2021). Partindo da obra “Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade”, escrito por Orna Donath (2022), antropóloga e socióloga israelense, esse debate ganha ainda mais espaço nas redes sociais onde a temática é vista, em alguns momentos, com descrença e/ou de maneira negativa, apontando para as mulheres que levantaram essa bandeira como más e egoístas. Em contrapartida, é também no ambiente virtual onde podemos perceber o surgimento de comunidades e perfis em redes sociais que ao tratar do arrependimento acabam por gerar laços e identificações.

Em sua obra, Donath lançou-se sobre o universo pouco explorado de mulheres arrependidas da maternidade. Assim, iniciou sua pesquisa em 2008, em sua terra natal, onde entrevistou 23 mulheres, com idades entre 26 e 73 anos. É importante apontar que as participantes do estudo eram todas de origem judaica. Dessa maneira, Donath deu o pontapé para que essa temática passasse a ser discutida também nos meios acadêmicos.

Para caracterizar o arrependimento materno, Orna Donath (2022) elaborou critérios como a **autoidentificação**: a mulher precisava dizer-se arrependida desta experiência. Outros dois critérios foram construídos a partir de duas perguntas, que a auxiliaram a diferenciar a dificuldade e a ambivalência em relação à maternidade arrependida: “Se você pudesse voltar atrás com o conhecimento e a experiência que tem agora, ainda assim se tornaria mãe?” e “Do seu ponto de vista, há vantagens na maternidade?” Caso a resposta fosse “não” a essas duas perguntas, aquela mulher poderia estar vivenciando o arrependimento como uma constante em sua vida.

Assim, na visão de Orna Donath (2022), podemos considerar que o arrependimento pode estar envolto de várias experiências conflituosas sobre a maternidade, coexistindo com sentimentos contraditórios, ambivalentes. Em suas palavras: “o arrependimento não trata da

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

questão de *como ficar em paz com a maternidade*, e sim da experiência de que *tornar-se mãe foi um erro*” (Donath, 2022, p.15).

A ambivalência, portanto, não implica diretamente o arrependimento, ou seja, poderíamos dizer que de certa maneira um pode conter o outro, mas não há regra quanto a isso. A autora não exclui a ideia de que a maternidade pode suscitar sentimentos conflituosos, porém, ao tecer sua análise centrada no arrependimento, entende que arrepender-se de ser mãe seria o desejo de apagar por completo a maternidade de sua biografia, desejo esse que Donath (2022) considera socialmente proibido, entendido como tabu.

Podemos refletir que tratar ambivalência e arrependimento como sinônimos faz com que a possibilidade de arrepender-se da maternidade seja apagada pelos sentimentos ambivalentes gerados por ela; mantém-se então o *status quo*, já que se elimina a possibilidade da maternidade ser uma experiência da qual a mulher voltaria atrás. Diante desse complexo tema, nos questionamos como a psicanálise pode nos auxiliar nesse debate?

Por certo, a ambivalência é um fenômeno abordado nos estudos psicanalíticos sobre a maternidade; assim, para a continuidade do presente trabalho se faz importante apontarmos o que alguns teóricos da Psicanálise entendem sobre esse fenômeno para melhor diferenciarmos a ambivalência do arrependimento posto por Donath (2022).

Mathelin (1999, p.14), afirma que “pensar que existiria um amor materno sem violência, sem ódio, sem ambivalência, seria tão radical quanto negar a existência do inconsciente”. Freud em seu escrito “Recordação da infância de Leonardo da Vinci” (1910/2013) expõe os sentimentos ambivalentes de Leonardo diante de sua mãe; já em “Introdução ao Narcisismo” (1914/2010), o autor afirma que amor e ódio estão diretamente ligados à divergência entre prazer-desprazer, e o primeiro, por sua vez, está ligado ao amor.

No que diz respeito ao amor, Benhaim (2007) coloca que amor e ódio andam lado a lado na relação mãe-filho, porém o amor se apresenta como um sentimento que contém em si o ódio vital - aquele que se origina da castração - o que faz a criança dar significado ao amor, um amor que a permite amar sem perigo, ou seja, sem correr o risco da destruição (Benhaim, 2007).

Fonseca (2012, p. 63), ao remeter às duas faces do amor (união e destruição), explica que “o amor implica no esvaziamento do gozo pelo desejo, pois onde há gozo ilimitado não há falta e sem falta não há desejo”. O ódio, ao contrário do que o senso comum traz, não seria o oposto do amor - a indiferença o seria, segundo Rocha (1998, p. 46).

Amar é tarefa das mais difíceis.. Sair de si e olhar o outro como ele é, e aceitar que ele seja como é, e não como gostaríamos que fosse (...) dificilmente se consegue na realidade. (...) Sem essa aceitação da alteridade do outro, o amor se torna monótona, estéril e inútil

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

tautologia, porque nos condena a amar, no outro, apenas a nossa própria imagem.

Jorge (2010, p. 179), a partir do neologismo ‘amódio’, criado por Lacan (Seminário 20 “Mais, ainda” (1972-73/1985), indica que o amor desemboca no ódio: “se o amor colmata uma falha, o ódio a escancara. (...) O ódio advém como a revelação fulminante de uma falta que não pode ser preenchida e que, ilusoriamente, o objeto amoroso parecia tamponar – logo, o ódio advém pela percepção violenta, intrusiva, da ilusão inerente ao objeto amoroso”.

Winnicott (1947/2021) afirma que desde o início a mãe odeia seu bebê, e indica razões para a existência de tal sentimento, eis algumas:

- O bebê não é uma concepção (mental) da mãe.
- O bebê não é aquele das brincadeiras da infância, um filho do papai, ou do irmão etc. [...]
- O bebê é um perigo para o corpo da mãe durante a gestação e o parto.
- O bebê perturba a vida privada da mãe, constitui um desafio à sua preocupação. [...]
- Ele é impiedoso, trata-a como lixo, uma serva sem pagamento, uma escrava. [...]
- No início ele não faz ideia alguma o quanto ela faz por ele, do quanto ela sacrifica por ele. Acima de tudo ele não pode permitir o ódio dela. [...]
- Se ela falha com ele no início, sabe que ele a fará pagar por isso para sempre.
- Ele a excita mas a frustra – ela não pode devorá-lo nem fazer sexo com ele. (Winnicott, 1947/2021, p. 328)

Apesar de odiá-lo, indica Winnicott (1947/2021), que a mãe precisa ser capaz de tolerar o ódio para com seu bebê, sem fazer nada a respeito; mesmo que seja constantemente agredida e que o ódio seja tamanho, ela não vem ao ato, não o pune. O autor entende que há uma aptidão em algumas mães, ainda que diante do ódio, a não agirem de acordo com ele, mas sim de esperar por recompensas que poderão um dia receber.

Behaim (2007) refere que a ambivalência pode ter características positivas e negativas. Assim, envolveria sentimentos ambivalentes positivos aquela mãe que:

não estaria submersa de angústia pela demanda da criança e que poderia alimentá-la nem demais, nem pouco demais. Dito de outro modo, nem imaginário especularizado, nem real não integrável, nem “pura” necessidade, a fome da criança seria recebida como uma realidade exterior, simbolizável para ambos. (Behaim, 2007, p. 12)

Sobre os aspectos negativos da ambivalência, a autora indica que podem aparecer quando “a criança sofre muitas decepções quando a sua demanda angustia excessivamente a mãe e quando esta angústia invade os dois: o corpo adota então uma imagem de corpo morto” (Behaim, 2007, p. 12). Diante desses aspectos negativos da ambivalência, Behaim dá ênfase à simbolização, já que a ambivalência dita positiva é da ordem do simbolizável para

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

ambos. Em contrapartida, os aspectos negativos assumem caráter insuportável para a mãe, o que impede a sua simbolização. Nesse caso, os sentimentos negativos são contornados por uma hiperidealização, permanecendo como não-simbolizáveis, e a criança corre o risco de separar-se abruptamente de sua mãe, podendo ser odiada ou até mesmo destruída, pois ao mesmo tempo que ameaçada, ameaça destruir o corpo da mãe.

É na justa medida entre amor e ódio que a ambivalência materna vai se construindo e gerando separações e aproximações entre a mãe e seu bebê. A partir dessa compreensão, entendemos a ambivalência não como um acidente de percurso na relação materna, mas como uma necessidade estruturante, na qual sua falta, ou seja, uma vivência de puro amor ou de puro ódio poderia levar à patologia (Benhaim, 2007).

Nas entrevistas realizadas em seu estudo, Donath passou a entender que existe uma considerável diferença entre a mulher que carrega sentimentos ambivalentes sobre a maternidade e a que se pudesse não teria nem se tornado mãe. Nesse sentido, o arrependimento se diferencia da ambivalência com base na postura emocional adotada por aquela mulher diante da maternidade. Portanto, Donath não nega que existam na maternidade sentimentos ambivalentes.

Contudo, quando pensamos o discurso social diante do arrependimento da maternidade, ele só se torna possível quando está de acordo com os discursos pro-natalidade, ou seja, cabe apenas quando a mulher faz a escolha de ser “mãe de ninguém”, pois ao ir de encontro às normas sociais, ela se arrependerá de ter feito tal escolha. Nessa compreensão, o arrependimento seria, no imaginário comum, apenas uma resposta às dificuldades da maternidade; evita-se lidar com o que o arrependimento traz à tona:

A questão da transição para a maternidade em si, do espaço limitado que as mulheres têm como sujeitos que devem considerar e determinar por conta própria se querem dar à luz e criar filhos ou não. (Donath, 2022, p. 15)

Ao considerarmos que o arrependimento pode estar ligado às questões da transição para a maternidade, retomamos Bydlowski (2002) ao indicar que a gestação pode ser banhada por uma crise psíquica, frequentemente silenciosa, solitária e que, em geral, não é compartilhada nem mesmo com o companheiro. Bydlowski não falava propriamente sobre as questões do arrependimento, contudo, o silenciamento diante dos mal-estares na maternidade nos parece estar presente. Podemos perceber a gravidez como uma crise maturativa similar à adolescência; porém, no período gravídico há uma mudança de geração. Essa crise mobiliza energia psíquica, despertando ansiedade e conflitos latentes; também

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

podemos perceber a busca por novas potencialidades e engajamento, o que pode auxiliar a mulher no processo de formação de uma nova identidade (Bydlowski, 2002).

Komniski (2023) nos lembra que diante da ética psicanalítica, assim como no trabalho em saúde mental, cabe a nós, psicólogos e psicanalistas, investigar as origens da maternidade, levando em conta a influência das ideologias sobre o casal, a família e, neste contexto, sobre a figura feminina e o aspecto biológico e essencial de gerar, gestar, cuidar, maternar, amar (ou não amar) o filho que nasce. Assim, ao estudarmos o arrependimento como uma das possibilidades da maternidade, questionamos a ideia de que toda mulher se torna mãe puramente pela vontade de maternar. Komniski (2023) nos lembra que Donath, ao realizar seu estudo, nos permite compreender que “como seres humanos que são, de forma consciente ou inconsciente, mães podem machucar, abusar e, por vezes, matar. Ainda assim, afirma, ansiamos que a imagem mitológica da ‘Mãe’ permaneça intacta” (Komniski, 2023, p. 65).

Segundo Froidevaux-Metterie (2017), apesar de na atualidade muitos não ousarem dizer que todas as mulheres nasceram para serem mães, ainda é possível percebermos um conjunto de sinais, discursos e práticas que juntos trabalham para tornar a maternidade um ideal social. Para a autora, a maternidade ganha uma legitimidade que vai além da família, representando um modelo para todos os relacionamentos sociais. Em suas palavras:

Essa idealização social da maternidade sustenta a soberania do desejo de ter um filho, tornando a gravidez o momento mais magnífico da vida de uma mulher e uma condição à qual toda mulher tem, de alguma forma, direito. Em última análise, não há nada de contraditório na liberdade de escolha: sem dúvida, é porque ela se tornou opcional que a gravidez alcançou seu atual status proeminente. (Froidevaux-Metterie, 2017, p. 211)

Zornig (2010) enfatiza que diante da mudança histórica que a família vem passando, a modernidade rompeu com o laço conjugalidade-parentalidade, demonstrando que ter filhos não é mais o único objetivo da conjugalidade. A partir dessa compreensão, a autora questiona: o que sustentaria o desejo de tornarem-se pais? Zornig compreende que a escolha pela parentalidade está, agora, mais ligada à história pessoal de cada um dos pais e da lógica do desejo do que da exigência de um modelo de família nuclear.

No que concerne à “liberdade” de escolha de tornar-se mãe, Heffernan e Stone (2021), ao estudarem o arrependimento materno na Finlândia, nos apontam que apesar de viverem numa sociedade compreendida como liberal (Finlândia), na qual existem políticas públicas de assistência aos pais, o arrependimento da maternidade foi repudiado. As autoras levantam a hipótese de que esse sentimento foi tratado como tabu, pois se entende a maternidade pelo

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

viés da livre escolha, ou seja, não há como se arrepender. Esse resultado parece indicar a ideia de que a maternidade é um fenômeno consciente: se eu programo ser ou não ser mãe, como poderia me arrepender?

Ao retomarmos a ideia de amor e ódio, tal como a Psicanálise indica, compreendemos que a maternidade é um fenômeno complexo, ancorado não só em escolhas, mas também em sentimentos evocados do âmago do nosso “porão psíquico” e relacional. Melgaço (s/n, 2019) esclarece que: “é importante elucidar qual desejo sustenta a demanda de um filho. Tornar-se pai, ser mãe, não é o mesmo que querer ter um filho. Este pode (...) ser colocado pelos pais no lugar de um objeto de consumo, na modalidade da imitação social, ou até de um negócio contratual”.

Para Bydlowski (2002), o desejo de ter um filho vai além da demanda fálica de completude, proposta por Freud, e pode ter dois significados: um consciente, de ser mãe, ligado à perpetuação da espécie, e outro inconsciente, relacionado à elaboração da feminilidade, às representações da maternidade, ao lugar designado ao filho no inconsciente da mulher.

Assim, podemos perceber que torna-se mãe está imbricado em questões que vão além de uma “simples” escolha racional: está ligado às profundezas do inconsciente daquele sujeito, afinal, nas palavras de Zornig:

tornar-se mãe é um longo percurso que se inicia muito antes do nascimento de um filho. [...] se inicia na infância de cada um dos pais, o nascimento de um filho produz uma mudança irreversível no psiquismo parental, podendo, inclusive, auxiliar na retificação de sua história infantil. (2010, p. 456).

Arteiro (2017, p. 92) nos convoca a pensar que a maternidade está envolvida em "genealogias e nomeações, desejos e demandas, traumas e identificações, expectativas e frustrações, amor e ódio". Os elementos que tornam o bebê vivo no psiquismo materno advêm tanto das primeiras mudanças fisiológicas perceptíveis no corpo da gestante, bem como de significantes transgeracionais anteriores ao bebê (Arteiro, 2017).

Contudo, Arteiro (2017), ao se debruçar sobre o desejo de maternidade, afirma que é na materialidade do corpo grávido que o significante “mãe” se faz relevante; apesar de isto não ser uma regra, existem casos em que as mudanças corporais não causam mobilizações subjetivas. Nestes casos “observa-se que a ausência de desejo pela maternidade e desconhecimento sobre o corpo, por exemplo, são capazes de conduzir a um processo de negação que poderá desembocar inclusive em uma descoberta tardia da gravidez” (Arteiro, 2017, p.93).

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

Violante (2007, p. 154) aponta que o desejo de ter filhos é “uma transmissão materna” que depende da resolução do complexo edípico. A partir de sua descrição, podemos compreender o **desejo de ter filhos** como distinto do **desejo de maternidade**. O desejo de ter filhos é descrito como uma representação inconsciente, uma evolução que passa do ter filhos com a mãe ao ter filhos com o pai e por fim desejar ter filhos com alguém que de fato possa dá-lo; já o desejo de maternidade se apresenta como desejo de repetir a relação com sua mãe.

Bydlowski (2002) elucida que o desejo de ter um filho pode ter o significado consciente de ser mãe, portanto perpetuar sua linhagem, mas também remete a conteúdos inconscientes, os quais estão relacionados à elaboração da feminilidade, às representações de maternidade e ao lugar inconscientes que esse filho ocupa no psiquismo da mulher.

Isto posto, como pensarmos o desejo de ter filhos e maternidade quando falamos de mães arrependidas? Esse talvez seja um de nossos maiores questionamentos quanto a essa temática, afinal houve a gestação, há cuidado mas também, há arrependimento. Interessante apontar que muitas das mulheres entrevistadas por Orna Donath (2023) apontam um amor pelos filhos, porém repúdio e arrependimento pelo exercício da maternidade.

Froidevaux-Metterie (2017) entende esse ponto como uma questão que tangencia a liberdade; para a autora, é o desejo pela liberdade que define aquelas que não querem ter filhos e é o sentimento de perda que caracteriza a experiência das que se arrependem de tê-los tido. Contudo, se aqui propomos fazer uma interlocução com a Psicanálise, tenderíamos a apontar que há algo do inconsciente materno, da relação particular dessa mulher com seu filho que nos lança para um terreno ainda pouco explorado.

Concordamos com Komniski (2023) quando aponta que o arrependimento deve ser visto como um alarme que avisa a sociedade sobre a importância de apoiar as mães em sua função, mas também destaca a necessidade de repensarmos as políticas de reprodução e a imposição cultural de que todas as mulheres devem se tornar mães. O arrependimento, na realidade, ilumina nossa falha em tratar a maternidade como uma das muitas relações humanas, em vez de tratá-la como algo sagrado e inquestionável.

Zanello (2016, p.7) aponta para uma escassez “de espaços onde o mal-estar da maternidade possa ser nomeado, sem julgamentos sociais, mesmo nas psicologias”. Dessa maneira, aqui buscamos incitar questionamentos para que possamos juntos pensar como alargar esse espaço inserindo a possibilidade de, quem sabe, um horizonte futuro de acolhimento e escuta, seja ela analítica ou não, distinta da atual que cala mulheres, não as permitindo colocar no campo da palavra as angústias diante do seu mal-estar.

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

A ideia de amor materno instintual, ainda presente em nosso imaginário e práticas, se contrapõe à compreensão de que a mulher/mãe passa por uma construção psíquica, aventura incerta que envolve amor e ódio. Nessa experiência, encontramos saídas pulsionais marcadas pelo excesso (por exemplo, negando a alteridade do filho) ou pelo apagamento de si (negando a si mesma), o que pode gerar mal-estar por se opor à vida em sociedade, diante de discursos ideológicos. Essas poderiam ser possibilidades compreensivas ao complexo e múltiplo fenômeno do arrependimento da maternidade.

Referências

ARTEIRO, Isabela. *A mulher e a maternidade: um exercício de reinvenção*. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2017.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

BENHAIM, M. *Amor e ódio: a ambivalência da mãe*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2007.

BYDLOWSKI, M. (2002). O olhar interior da mulher grávida: Transparência psíquica e representação do objeto interno. In: CORRÊA FILHO, L.; GIRADE, M. H.C.; FRANÇA, P. (Orgs.). *Novos olhares sobre a gestação e a criança até 3 anos: saúde perinatal, educação e desenvolvimento do bebê*. Brasília: L.G.E. Editora.

DONATH, Orna. *Mães Arrependidas: uma outra visão da maternidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora civilização Brasileira, 2022.

FONSECA, Maria Carolina Bellico. União e destruição - duas faces do amor. *Reverso*, vol.34 n.64, p. 63-68, 2012.

FREUD, Sigmund. Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci [1910]. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*, volume 9: Observações sobre um caso de neurose obsessiva ["O homem dos ratos"] e outros textos. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 87-165.

FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Tradução Paulo César de Souza. *Obras Completas*, 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, volume 12.

FROIDEVAUX-METTERIE. Je n'aurais pas dû avoir d'enfants...: une analyse sociopolitique du regret maternel. *Sociologie et Sociétés*. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/socsoc/2017-v49-n1-socsoc03347/1042815ar/>. Acesso em: 8 de jun de 2024.

HEFFERNAN, Valerie; STONE, Katherine. International Responses to Regretting Motherhood. . In: FITZGERALD, A. (eds) *Women's Lived Experiences of the Gender Gap*. Sustainable Development Goals Series. Singapore: Springer, 2021. p. 120-144. [https://doi.org/10.1007/978-981-16-1174-2_11\(2021\)](https://doi.org/10.1007/978-981-16-1174-2_11(2021)). Acesso em: 10 mai.2024.

JORGE, Marco Antônio Coutinho. *Fundamentos da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010, v.2.

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

KOMNISKI, Paula. *A travessia da maternidade*. São Paulo: Blucher, 2023.

LACAN, Jean. *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985 (1972-73).

MATHELIN, C. *O sorriso da Gioconda: clínica psicanalítica com bebês prematuros*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

MELGAÇO, Rosely Gazire. A concepção de um filho. *Revista Crianças - uma abordagem transdisciplinar*, edição 1, 2019. <https://revistacrianças.com.br/a-concepcao-de-um-filho-rosely-gazire-melgaco/>

ROCHA, Zeferino. *Palavras para o silêncio*. Recife: Editora universitária/UFPE, 1998.

VIOLANTE, Maria Lucia Vieira. *Desejo de ter filhos ou desejo de maternidade ou paternidade?*. J. psicanal., São Paulo, v. 40, n. 72, p. 153-164, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352007000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 set. 2023.

WINNICOTT, D.W. *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes.1987.

WINNICOTT, D.W. O ódio na contratransferência [1947]. In WINNICOTT, D.W. *Da pediatria à psicanálise*. São Paulo: Ubu. 2021. p. 319 - 331.

ZANELLO, V. et al.. Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. *Revista Estudos Feministas*, v. 30, n. 2, p. e86991, 2022.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo psicanal.*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 453-470, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200010&lng=pt&nrm=iso. acessos em 26 out. 2023.